

Editorial

Editorial

A Educação é tema em toda eleição. Em 24 de fevereiro de 2022, as brasileiras e os brasileiros comemoram 90 anos da conquista do voto secreto. O Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que criou o Código Eleitoral Brasileiro, instituiu a Justiça Eleitoral, garantiu o sigilo do voto e o direito das mulheres brasileiras a votar. Contudo, mendigos, analfabetos e militares que pertenciam à categoria inferior da hierarquia militar não podiam apresentar-se como eleitores, com exceção dos alunos das escolas militares de ensino superior. As lutas e reivindicações pelo direito ao voto para toda a população do Brasil foram se constituindo historicamente e, especificadamente, com a Constituição de 1988 é que o voto passou a ter valor igual para todas e todos. A decisão em torno da escolha do candidato é fortemente confrontada ou reafirmada durante o processo chamado “campanha eleitoral” – período que precede o dia oficial da votação –, no qual candidatos apresentam as suas propostas ou planos de governo e eleitores decidem em quem votar. O fato é que a Educação é tema em toda eleição. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação – rede que articula cidadãos, grupos e entidades em todo o país – elaborou a Carta Compromisso pelo Direito à Educação nas Eleições 2022, que deve ser assinada por candidatos(as) comprometidos(as) com o direito e a ampliação de uma Educação pública de qualidade. No dia 2 de outubro de 2022, a população brasileira irá às urnas, novamente, escolher o presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Posto isto, torna-se urgente e necessário rememorar que, nos últimos quatro anos, o Ministério da Educação (MEC) teve cinco ministros: Ricardo Vélez, Abraham Weintraub, Carlos Decotelli, Milton Ribeiro e recentemente Victor Godoy Veiga. A falta de continuidade na gestão do MEC, a política com viés ideológico, a incapacidade de planejamento, a ausência de diretrizes orientadoras para estados e municípios antes e durante a pandemia do Covid-19, além de denúncias de tráfico de influência no interior do Ministério, sem nenhuma dúvida, prejudicaram tanto a proposta quanto a condução de programas e políticas públicas relevantes para a Educação das crianças, jovens e adultos. O governo atual anunciou um corte de R\$ 3,23 bilhões do orçamento do MEC no ano de 2022, praticamente impossibilitando o funcionamento de institutos e



universidades federais. As políticas estritas estão concentradas na regulamentação do ensino domiciliar em detrimento do fortalecimento das escolas públicas. Como disse certa vez Paulo Freire (*Pedagogia do oprimido*, 1987, p. 49): “Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. E sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante.” Reivindicamos, portanto, para os próximos quatro anos, o imperativo de escolher políticos comprometidos com a Educação pública, gratuita, inclusiva e laica, que atendam às necessidades existenciais e concretas da população em geral. A partir delas, propor políticas públicas e de Estado comprometidas com o aumento das taxas de alfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos; com o fortalecimento das escolas públicas; com a Educação profissional; com o investimento em ciência e tecnologia; e com a expansão e a permanência do ensino superior gratuito. Em síntese, políticas públicas de Estado, que sejam, necessariamente, comprometidas com todas as metas dos planos nacional e estaduais de Educação, resultantes de diálogos intensos com instituições e a sociedade civil organizada. Que nos próximos meses que antecedem o dia da votação ecoem os versos da canção Fantasia, de Chico Buarque, que diz: “Canta, canta uma esperança / [...] canta a canção da vida / Canta mais / Trabalhando a terra”. O presente editorial é um manifesto de esperanças de políticas públicas de direitos e de cidadania para a Educação brasileira. É, mais do que isso, um posicionamento político da Revista Educação em Questão em defesa de um processo eleitoral democrático, educativo, justo e pacífico.

Fernanda Mayara Sales de Aquino
Editora Adjunta da Revista Educação em Questão